



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador JAYME CAMPOS

PARECER Nº 55, DE 2020 - PLEN/SF

De PLENÁRIO, sobre o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 1.194, de 2020, de autoria do Senador Fernando Collor, que *dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano e para o consumo de cães e gatos, nas condições que especifica.*

Relator: Senador **JAYME CAMPOS**

I – RELATÓRIO

Encontra-se sob análise do Plenário o Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei (PL) nº 1.194, de 2020, de autoria do Senador FERNANDO COLLOR, que *dispõe sobre o combate ao desperdício de alimentos e a doação de excedentes de alimentos para o consumo humano e para o consumo de cães e gatos, nas condições que especifica.*

A matéria foi inicialmente apreciada pelo Plenário do Senado Federal em 14/4/2020, ocasião em que o PL foi aprovado com duas emendas:

a) Emenda nº 6, da Senadora ELIZIANE GAMA, que propõe alterar a redação do § 3º do art. 1º do PL para que as doações também possam ser realizadas em colaboração com entidades religiosas; e

b) Emenda nº 18, do Senador FERNANDO BEZERRA COELHO, que propõe alterar a redação do *caput* e dos §§ 2º e 3º do art. 1º, bem como incluir novo artigo, para, respectivamente: i) estender a



SF/20644.59362-35

possibilidade de doação para alimentos industrializados, minimamente processados e *in natura*; ii) estabelecer critérios segundo os quais os alimentos são considerados próprios para o consumo humano; iii) incluir os bancos de alimentos entre as instituições aptas a intermediar a doação de alimentos de que trata a futura Lei; e iv) estabelecer a obrigatoriedade de as instituições receptoras dos alimentos contarem com profissional habilitado que assegure a qualidade nutricional e sanitária dos alimentos entregues.

Na Câmara dos Deputados, foi aprovado Substitutivo ao PL nº 1.194, de 2020, em 19/5/2020, que, além de alguns ajustes pontuais na redação que não alteram significativamente o teor normativo do texto aprovado pelo Senado Federal, traz as seguintes modificações de mérito:

a) supressão da exigência de que bancos de alimentos, instituições receptoras e estabelecimentos que realizem doações diretamente aos beneficiários devam contar com profissional legalmente habilitado que assegure a qualidade nutricional e sanitária dos alimentos (art. 3º do texto aprovado pelo Senado Federal);

b) acréscimo da possibilidade de responsabilização civil ou administrativa por culpa do doador de alimentos e do intermediário (art. 4º, *caput*, do texto aprovado pelo Senado Federal e art. 3º, *caput*, do Substitutivo);

c) acréscimo de dispositivo que determina que *durante a vigência da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, o governo federal procederá preferencialmente à aquisição de alimentos, pelo Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), da parcela da produção de agricultores familiares e pescadores artesanais comercializada de forma direta e frustrada em consequência da suspensão espontânea ou compulsória do funcionamento de feiras e de outros equipamentos de comercialização direta por conta das medidas de combate à pandemia da Covid-19* (art. 5º do Substitutivo);

d) extensão da autorização de que trata a futura Lei para os fins de alimentação de cães e gatos, inclusive por agropecuárias, *petshops* e congêneres, desde que não haja prejuízo ao fornecimento de alimentos de que trata o art. 1º do Substitutivo (art. 6º e respectivos parágrafos do Substitutivo); e



e) criação do Certificado de Boas Práticas (CBP), que será concedido às empresas doadoras de alimentos, a ser regulamentado pelo Poder Executivo.

II – ANÁLISE

O Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PL nº 1.194, de 2020, será analisado como série de emendas, na forma do art. 287 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

Do ponto de vista formal, não vislumbramos qualquer empecilho legal às alterações propostas pelo substitutivo, exceto no que se refere ao dispositivo que trata da priorização da aquisição de produtos no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), o qual não guarda pertinência com o objeto do PL nº 1.194, de 2020, justificando sua rejeição com base no art. 230, I, do RISF.

Quanto ao mérito, cumpre-nos registrar que o Parecer, proferido em Plenário pelas Comissões de Seguridade Social e Família; de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; e de Constituição e Justiça e de Cidadania, da Câmara dos Deputados, justifica a eliminação da obrigatoriedade de um responsável técnico nas instituições sem fins lucrativos que se propõem a redistribuir os alimentos em razão das dificuldades existentes para a contratação desses profissionais na maioria dos pequenos municípios brasileiros. A segurança nutricional e sanitária dos alimentos doados, contudo, fica assegurada na futura Lei. Em virtude da pandemia do coronavírus, a matéria precisa de celeridade e efetividade para ser colocada em prática com a máxima urgência.

Além disso, o referido Parecer, ao justificar a inclusão da responsabilização civil por culpa em razão de danos decorrentes das doações realizadas, alega que *não se podem supor danos, sem que haja a responsabilização dos que o provocaram*.

No que tange à ampliação do escopo da futura Lei às doações de alimentos para cães e gatos em situação de abandono, o Autor da emenda que deu origem ao dispositivo justifica que a ocorrência de crises econômicas tende a provocar o aumento do abandono de animais domésticos, uma vez que esses representam parte significativa do custo das famílias. O § 2º do art. 6º do Substitutivo estabelece que a destinação de alimentos a cães e gatos não poderá prejudicar o fornecimento de alimentos



de que trata o art. 1º da futura Lei, estabelecendo, assim, prioridade à destinação dos alimentos ao consumo humano.

Quanto à criação do Certificado de Boas Práticas, os autores da emenda que deu origem ao dispositivo argumentam que a medida permitirá o reconhecimento das empresas doadoras, contribuindo para incentivar a prática.

Com relação às modificações promovidas pelo Substitutivo da Câmara dos Deputados ao PL nº 1.194, de 2020, cabe-nos, inicialmente, ponderar que permitir a responsabilização de doadores de alimentos por mera culpa reduz significativamente o efeito prático da futura Lei quanto ao seu objetivo de incentivar a doação de alimentos, uma vez que a possibilidade de responsabilização subjetiva aumenta bastante o risco de demandas judiciais para os doadores. Havendo, inclusive, o risco de inversão do ônus da prova, como faculta o § 1º do art. 373 do Código de Processo Civil.

Sobre o posicionamento da Câmara dos Deputados, com a devida vênia, entendemos que não há vício de injuridicidade, ou mesmo óbice à exclusão da responsabilidade subjetiva em casos específicos pela via legislativa ordinária. Quanto a esse aspecto, cabe registrar que o Código Civil já prevê hipóteses de exclusão da responsabilidade civil decorrente de culpa, como é o caso da regra do art. 392 daquele Diploma, ao estabelecer que, nos contratos benéficos, responde por dolo aquele a quem o contrato não favoreça.

No que tange ao art. 6º, que estende a possibilidade de doação de alimentos a cães e gatos, embora concordemos com os argumentos carreados pelo Autor da respectiva Emenda, entendemos que a redação do dispositivo poderia ser mais ampla e abordar a destinação também para outras espécies de animais domésticos de produtos alimentícios cujo aproveitamento para fins de alimentação humana já esteja inviabilizado. Não sendo possível, contudo, promover adaptações na ideia proposta por meio de subemenda nesta fase da tramitação do Projeto, em razão do que dispõe o art. 285 do RISF, entendemos que a opção pela rejeição seja mais adequada.

Quanto ao art. 7º, incluído pelo Substitutivo, entendemos que, por demandar regulamentação do Poder Executivo, o dispositivo pode criar embaraços à imediata implementação dos efeitos da futura Lei, sendo, portanto, recomendável sua rejeição.



III – VOTO

Diante do exposto, somos pela **aprovação** do Substitutivo da Câmara dos Deputados ao Projeto de Lei nº 1.194, de 2020, com as seguintes alterações:

- Ajuste na redação da ementa para suprimir a expressão “e para o consumo de cães e gatos, nas condições que especifica”;
- Reestabelecimento da redação originalmente aprovada pelo Senado Federal para o *caput* do art. 3º do Substitutivo (correspondente ao art. 4º, *caput*, no texto aprovado pelo Senado Federal);
- Supressão do art. 5º, *caput* e parágrafo único, do Substitutivo da Câmara dos Deputados;
- Supressão do art. 6º, *caput* e §§ 1º e 2º, do Substitutivo da Câmara dos Deputados;
- Supressão do art. 7º do Substitutivo da Câmara dos Deputados;
- Renumerem-se os dispositivos restantes.

Sala das Sessões,

, Presidente

, Relator

